

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE TABUAÇO,  
REALIZADA NO DIA 8 DE SETEMBRO  
DE 2015** -----

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, compareceram os senhores Carlos André Teles Paulo de Carvalho, João Joaquim Saraiva Ribeiro, José Carlos Oliveira da Silva e Maria Catarina dos Santos Assis, respetivamente, Presidente e Vereadores. -

Ocupados os lugares, foi pelo senhor Presidente da Câmara declarada aberta a reunião quando eram dez horas e dez minutos, a qual foi secretariada pelo Chefe de Equipa Multidisciplinar de Desenvolvimento Económico e Social, Modernização e Suporte, João Paulo Moita dos Santos. -----

O senhor Vereador Manuel dos Santos Costa informou telefonicamente que não iria estar presente na reunião por motivos profissionais. -----

A Câmara tomou conhecimento e considerou justificada a falta. -----

Foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata da reunião ordinária de vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO**

Não houve. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo do seguinte: -----

- i. Que no pretérito dia 5 de setembro realizou-se no parque de merendas do Santuário de Nossa Senhora do Sabroso, em Barcos, o "II Encontro de Idosos"; --
- ii. Que ontem decorreu na Quinta do Seixo, em Valença do Douro, uma cerimónia presidida pelo senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Prof. Doutor Miguel Poiares Maduro, que teve por objetivo a apresentação da Plataforma de Inovação da Vinha e do Vinho pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto

Douro, onde se realçou, uma vez mais, que a vinha e o vinho são, indubitavelmente, a maior riqueza da nossa região duriense; -----

- iii. Que na próxima quinta-feira, pelas 16:30 horas, vai-se proceder à inauguração da Loja Interativa de Turismo de Tabuaço, que contará com a presença do senhor Presidente da Turismo do Porto e Norte de Portugal, Dr. Melchior Moreira, e, por isso, endereçou o convite aos senhores Vereadores para estarem presentes; ----
- iv. Que nos dias 12 e 13 de setembro de 2015 vai ser levado a efeito mais uma edição da “Festa das Vindimas” na aldeia vinhateira de Barcos, e, nesse sentido, dirigiu o convite aos senhores Vereadores para estarem presentes; -----
- v. Que o Município foi condenado em sede de ação judicial (processo n.º 69/14.0TBTBC) a pagar ao Millennium BCP o montante de € 103.244,69 (cento e três mil, duzentos e quarenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), respeitante ao não pagamento da fatura n.º 92/2009, de 24 de agosto, no valor de € 73.953,60, acrescido de juros de mora, a qual foi emitida pela empresa Durvia – Construções de Obras Públicas, Lda., por efeito da execução de trabalhos inerentes à empreitada de “Requalificação de largos, praças e zonas de lazer nas freguesias do concelho – largo da Capela Nossa Senhora dos Milagres, em Chavães”. -----

## ORDEM DO DIA

**O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro tomadas no uso da delegação de poderes. -----**

Dos despachos proferidos pelo senhor Vereador com delegação/subdelegação de poderes, José Carlos Oliveira da Silva, no período compreendido entre os dias 24 de agosto e 4 de setembro de 2015. -----

A relação dos despachos, depois de devidamente rubricada, fica a fazer parte integrante da ata. -----

Relação da entrada de faturas na Divisão Financeira, conforme informação n.º 18/A de 2015, datada em 7 de setembro de 2015, na importância de € 25.233,34 (vinte e cinco mil, duzentos e trinta e três euros e trinta e quatro cêntimos). -----

A relação da entrada de faturas, depois de devidamente rubricada, fica a fazer parte integrante da ata. -----



Relação dos pagamentos efetuados no período compreendido entre os dias 24 de agosto e 4 de setembro de 2015, com as autorizações de pagamento n.ºs 2671 à 2804 no montante de € 182.778,48 (cento e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), conforme informação n.º 18/2015, de 7 de setembro de 2015. -----

A relação dos pagamentos, depois de devidamente rubricada, fica a fazer parte integrante da ata. -----

Relação dos contratos de aquisições de serviços efetuados ao abrigo do parecer genérico favorável concedido pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 13 de janeiro de 2015, no período compreendido entre os dias 1 e 31 de agosto de 2015, conforme informação datada em 7 de setembro de 2015. -----

A relação depois de devidamente rubricada fica a fazer parte integrante da ata. -----

## RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

Foi presente à reunião da Câmara o resumo diário de tesouraria n.º 171, respeitante ao dia 7 de setembro de 2015, que apresenta os seguintes saldos: -----

- ◆ **DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS:** € 133.505,34 (cento e trinta e três mil, quinhentos e cinco euros e trinta e quatro cêntimos); -----
- ◆ **DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** € 89.604,03 (oitenta e nove mil, seiscentos e quatro euros e três cêntimos). -----

## MAPA DOS FUNDOS DISPONÍVEIS -----

Foi presente à reunião da Câmara o mapa dos fundos disponíveis, datado do dia 8 de setembro de 2015, que apresenta um saldo negativo de € 508.151,00 (quinhentos e oito mil, cento e cinquenta e um euros). -----

## OBRAS E SERVIÇOS EFETUADOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA -----

### 1. OBRAS FINALIZADAS: -----

- ✓ Reposição de calçadas, em Longa e Tabuaço; -----
- ✓ Substituição do telhado do Salão Paroquial de Chavães; -----
- ✓ Limpeza do espaço envolvente as ETAR'S no concelho de Tabuaço; -----
- ✓ Reparação do caminho agrícola da Amarelinha, em Tabuaço; -----
- ✓ Reparação de caixa de esgoto, em Chavães; -----

- ✓ Reparação de fugas de água em Longa, Tabuaço, Pinheiros, Santo Aleixo, Barcos e Távora (Casaltelo); -----
- ✓ Limpeza do filtro de água e respetivo depósito, em Pinheiros; -----
- ✓ Substituição de poste de sinalização vertical de trânsito, em Tabuaço; -----
- ✓ Pintura de grades e portões na Casa Paroquial de Chavães; -----
- ✓ Reparação do órgão de entrada na ETAR de Pinheiros; -----
- ✓ Reparação da vedação em pedra no recinto de Nossa Senhora da Conceição, em Tabuaço; -----
- ✓ Limpeza das nascentes, em Tabuaço; -----
- ✓ Renovação de calçada em granito na travessa da Quelhinha, em Vale de Figueira; -----
- ✓ Limpeza da fonte dos Namorados, em Tabuaço; -----
- ✓ Reparação de duas curvas (com recurso a betão pronto) no caminho da Fraga da Moira, em Valença do Douro; -----
- ✓ Reparação de pavimento em betão junto da Capela da Balsa; -----
- ✓ Reparação de pavimento na rua do Polónia, na Balsa; -----
- ✓ Retificação de calçada junto à Igreja Matriz, em Vale de Figueira; -----
- ✓ Desentupimento de esgoto, em Tabuaço; -----
- ✓ Ligação de ramal de saneamento e de água na Igreja Matriz, em Vale de Figueira; -----
- ✓ Escavação para muro de suporte no caminho agrícola do Vale do Pinheiro, na Desejosa; -----
- ✓ Reparação dos canais de água pluviais na rua do Carril, em Barcos; -----
- ✓ Reposição do pavimento asfáltico no CM 1111, na Balsa; -----
- ✓ Reparação do caminho da Amarelinha (com o recurso a betão pronto), em Tabuaço. -----

## 2. OBRAS EM CURSO: -----

- ✓ Abertura de um caminho agrícola no lugar de Cabriz; -----
- ✓ Construção de muro de suporte no caminho agrícola do Vale do Pinheiro, na Desejosa; -----
- ✓ Limpeza do espaço envolvente ao bairro da Sertã, em Tabuaço; -----
- ✓ Reparação de edifícios municipais, em Tabuaço; -----
- ✓ Abertura de ramal de saneamento para o wc da Igreja Matriz de Vale de Figueira; -----
- ✓ Demolição de degraus em betão e alargamento de acesso no bairro de Santa Bárbara, em Barcos; -----
- ✓ Reparação de muro de suporte em pedra de xisto no caminho do Panascal, em Valença do Douro. -----

## SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS -----

**Missiva da Liga dos Amigos do Hospital de Lamego.** -----



## DEL. 264/09/2015

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, efetuar a inscrição do Município como sócio da Liga dos Amigos do Hospital de Lamego. -----

Mais deliberou, por unanimidade, autorizar o senhor Presidente a outorgar a documentação necessária para o efeito e efetuar o pagamento das taxas devidas. ---

**Informação n.º 23/2015, de 17 de agosto, respeitante ao pagamento de uma indemnização por danos causados a terceiros pela má fixação de grade de saneamento de águas pluviais.** -----

## DEL. 265/09/2015

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação n.º 23/2015, de 17 de agosto, deliberou, por unanimidade, ressarcir o lesado, senhor Ernesto Ribeiro Calhau, da importância de € 921,32 (novecentos e vinte e um euros e trinta e dois cêntimos), respeitante aos prejuízos causados pela má fixação de uma grade de saneamento de águas pluviais, sita na E.M. 514, na localidade de Pinheiros, na viatura ligeira de mercadorias de marca Opel, modelo Vivaro, com a matrícula 15-AO-13, da qual é proprietário. -----

Mais deliberou, por unanimidade, que a data do compromisso fica condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

**Missiva dos CTT a apresentar uma nova minuta de contrato de prestação de serviços postais a crédito.** -----

## DEL. 266/09/2015

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação 15/EM.CP/216, de 7 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato de prestação de serviços postais a crédito, a outorgar com os CTT – Correios de Portugal, S.A. -----

Mais deliberou, por unanimidade, autorizar o senhor Presidente da Câmara a outorgar o concernente contrato. -----

**Informação 15/EM.CP/214, de 4 de setembro, respeitante ao pedido de parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços de transportes escolares para o ano letivo 2015/2016.** -----

## DEL. 267/09/2015

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação 15/EM.CP/214, de 4 de setembro, deliberou, por maioria, com a

abstenção dos senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis, emitir parecer prévio favorável relativamente à aquisição de serviços de transportes escolares para o ano letivo 2015/2016. -----

Mais deliberou, por maioria, remeter este assunto à Assembleia Municipal para efeitos de autorização prévia, face ao estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos e Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e subsequentes alterações. -----

Os senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis fizeram a seguinte declaração de voto: -----

*“Abstemo-nos devido ao facto de haver dúvidas sobre a legalidade da informação respeitante ao pedido de parecer prévio vinculativo”. -*

**Informação n.º 26/2015, de 4 de setembro, respeitante à primeira proposta de alteração ao “Regulamento municipal para a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”.** -----

### **DEL. 268/09/2015**

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto constantes na informação n.º 26/2015, de 4 de setembro, deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

1. Aprovar a primeira proposta de alteração ao “Regulamento municipal para a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior”, cujo teor seguidamente se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### ***“PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR***

#### **PREÂMBULO**

*Considerando que a Educação é uma das atribuições cometidas às Autarquias Locais nos termos do disposto no artigo 2.º e na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, cabe a este Município promover e desenvolver ações que possam fomentar, na sua área de circunscrição, a educação e o ensino.* -----



*Considerando que são patentes as dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do Concelho de Tabuaço, que muitas vezes constituem o grande obstáculo ao prosseguimento dos estudos dos seus descendentes, o Município pretende que a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentem o ensino superior nos termos do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, adiante designado apenas regulamento, constitua um meio de proporcionar o acesso ao ensino superior aos jovens Tabuacenses que, não obstante a sua situação económica, pretendam prosseguir com a sua formação académica. -----*

*Considerando o aumento da desertificação que afeta o nosso concelho, mormente pela falta de emprego que se faz sentir, e para que o agregado familiar do candidato que ingresse ou frequente o Ensino Superior permaneça no Concelho de Tabuaço, decidiu o atual executivo proceder à primeira alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, de modo a alargar a elegibilidade dos candidatos e o colocar em consonância com a realidade social. -----*

*Considerando que a atribuição de bolsas de estudo é também uma forma de estimular a frequência de cursos do ensino superior, melhorando assim o tecido económico do concelho e dotando -o de quadros técnicos superiores, de forma a contribuir para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----*

*É proposta a primeira alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, aprovado pela Câmara Municipal de Tabuaço na sua reunião ordinária de 16 de julho de 2014 e pela Assembleia Municipal do concelho de Tabuaço na sua sessão de 11 de outubro de 2014. -----*

*Tal proposta irá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal, após o que será submetida a apreciação pública, nos termos do disposto nos artigos 99.º a 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, mediante publicação de Aviso no Diário da República, 2.ª série. -----*



*Efetuada a publicação, os interessados dispõem do prazo de 30 dias para se pronunciar, após o decurso do qual, não ocorrendo quaisquer sugestões, a proposta de alteração do regulamento irá ser objeto de aprovação pelo órgão deliberativo, Assembleia Municipal, cuja competência lhe é atribuída pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----*

*Assim, no uso da competência prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborada a presente primeira alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior. -----*

#### Artigo 1.º ALTERAÇÃO

*São alterados os artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º e 16.º do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal do Concelho de Tabuaço de 11 de outubro de 2014, os quais passam a ter a redação que consta do Regulamento republicado em anexo. -----*

#### Artigo 2.º ADITAMENTO

*É aditado ao Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal do Concelho de Tabuaço de 11 de outubro de 2014, o artigo 20.º, com a seguinte redação: -----*

#### «Artigo 20.º CONTAGEM DE PRAZOS

*À contagem dos prazos previstos no presente Regulamento é aplicável o Código do Procedimento Administrativo.» -----*

#### Artigo 3.º REPUBLICAÇÃO

*É republicado em anexo e faz parte integrante da presente alteração, o Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado pela Câmara Municipal de Tabuaço na sua reunião ordinária de 16 de julho de*

2014 e pela Assembleia Municipal do concelho de Tabuaço na sua sessão de 11 de outubro de 2014, com a redação atual. -----

#### Artigo 4.º

##### APLICAÇÃO NO TEMPO

O Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, na redação atual, é aplicável a todos os processos iniciados após a sua entrada em vigor. -----

#### Artigo 5.º

##### ENTRADA EM VIGOR

Esta primeira alteração ao Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior entra em vigor no quinto dia posterior à sua publicação no Diário da República. -----

#### ANEXO

(a que se refere o artigo 3.º)

### REPUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

#### PREÂMBULO

Considerando que a Educação é uma das atribuições cometidas às Autarquias Locais nos termos do disposto no artigo 2.º e na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, cabe a este Município promover e desenvolver ações que possam fomentar, na sua área de circunscrição, a educação e o ensino. -----

Considerando que são patentes as dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do Concelho de Tabuaço, que muitas vezes constituem o grande obstáculo ao prosseguimento dos estudos dos seus descendentes, o Município pretende que a atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentem o ensino superior nos termos do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, adiante designado apenas regulamento, constitua um meio de proporcionar o acesso ao ensino superior aos jovens Tabuacenses que, não

*obstante a sua situação económica, pretendam prosseguir com a sua formação académica. -----*

*Considerando o aumento da desertificação que afeta o nosso concelho, mormente pela falta de emprego que se faz sentir, e para que o agregado familiar do candidato que ingresse ou frequente o Ensino Superior permaneça no Concelho de Tabuaço, decidiu o atual executivo proceder à primeira alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, de modo a alargar a elegibilidade dos candidatos e o colocar em consonância com a realidade social. -----*

*Considerando que a atribuição de bolsas de estudo é também uma forma de estimular a frequência de cursos do ensino superior, melhorando assim o tecido económico do concelho e dotando -o de quadros técnicos superiores, de forma a contribuir para um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural. -----*

*É proposta a primeira alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, aprovado pela Câmara Municipal de Tabuaço na sua reunião ordinária de 16 de julho de 2014 e pela Assembleia Municipal do concelho de Tabuaço na sua sessão de 11 de outubro de 2014. -----*

*Tal proposta irá ser submetida à aprovação da Câmara Municipal, após o que será submetida a apreciação pública, nos termos do disposto nos artigos 99.º a 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, mediante publicação de Aviso no Diário da República, 2.ª série. -----*

*Efetuada a publicação, os interessados dispõem do prazo de 30 dias para se pronunciar, após o decurso do qual, não ocorrendo quaisquer sugestões, a proposta de alteração do regulamento irá ser objeto de aprovação pelo órgão deliberativo, Assembleia Municipal, cuja competência lhe é atribuída pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----*

*Assim, no uso da competência prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é elaborada a presente primeira alteração ao*



*Regulamento Municipal para a Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.* -----

**ARTIGO 1º**  
**LEI HABILITANTE**

*O presente Regulamento é elaborado ao abrigo dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.* -----

**ARTIGO 2º**  
**OBJETO**

*1 – O presente regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Tabuaço, a alunos que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior, reconhecidos pelo respetivo Ministério de Tutela.* -----

*2 – Entende-se por estabelecimento de ensino superior todo aquele que ministra cursos de grau académico de licenciatura ou bacharelato, designadamente:* -----

- a) Universidades;* -----
- b) Institutos Politécnicos;* -----
- c) Institutos Superiores;* -----
- d) Escolas Superiores.* -----

**ARTIGO 3º**  
**ÂMBITO**

*1 – A Câmara Municipal de Tabuaço pretende com o presente regulamento apoiar os estudantes economicamente mais carenciados residentes no concelho que sem esse apoio teriam dificuldades em prosseguir os seus estudos.* -----

*2 – Podem ser abrangidos pelo presente regulamento, através da atribuição de uma quantia pecuniária em montante a determinar pela Câmara Municipal para cada ano letivo, os estudantes que frequentando qualquer dos estabelecimentos identificados no artigo*

2.º, n.º 2 do presente Regulamento, não cumpram os requisitos de carência económica previstos no artigo 5.º, n.º 1, desde que: -----

- a) O seu agregado familiar resida no Concelho de Tabuaço há pelo menos um ano; -----
- b) Tenham obtido aproveitamento escolar satisfatório; -----
- c) Se verificarem quaisquer circunstâncias que o justifiquem. -----

## ARTIGO 4º PRINCÍPIOS GERAIS

- 1 – Bolsa de Estudo é uma prestação pecuniária anual atribuída para participação nos encargos normais inerentes à frequência do ensino superior pelos estudantes economicamente mais carenciados do Concelho de Tabuaço, bem assim como, para candidatos que reúnam as condições previstas no n.º 2 do artigo 3º. -
- 2 – A Câmara Municipal de Tabuaço atribuirá as bolsas de estudo a estudantes que ingressem ou frequentem o ensino superior. -----

## ARTIGO 5º BENEFICIÁRIOS DA BOLSA

- 1 – Considera-se elegível o estudante cuja capitação média mensal do agregado familiar não ultrapasse 75% do salário mínimo nacional em vigor. -----
- 2 – Têm legitimidade para efetuar a apresentação da candidatura: ---
  - a) O estudante, quando for maior de idade; -----
  - b) O encarregado de educação ou qualquer representante legal, quando o estudante for menor. -----

## ARTIGO 6º MONTANTE E PERIODICIDADE

- 1 – O valor mensal das bolsas de estudo pode ser ajustado anualmente pela Câmara Municipal, de acordo com as disponibilidades financeiras da autarquia. -----
- 2 – As bolsas de estudo têm uma duração anual máxima de 10 meses, correspondente ao período situado entre o mês de outubro do ano de candidatura e o mesmo de julho do ano seguinte, devendo ser pagas mensalmente e sempre de acordo com as disponibilidades financeiras, na Divisão Financeira do Município. ----
- 3 – As bolsas de estudo não poderão ultrapassar o número de anos curriculares previstas para o curso em questão. -----
- 4 – O valor da bolsa mensal será calculado de acordo com o mapa



de indexação seguinte: -----

Capitação €	Bolsa Mensal €	Total (10 meses)
Até 200,00	125,00	1250,00
De 201,00 a 250,00	100,00	1000,00
De 251,00 a 378,75	75,00	750,00

5 – A bolsa atribuída pelo Município será complementar da bolsa eventualmente atribuída pelos Serviços de Ação Social da Instituição do Ensino Superior que o candidato frequente. -----

6 – O aluno que seja beneficiário de outra Bolsa ou apoio financeiro, que não a atribuída pelos Serviços de Ação Social da Instituição de Ensino Superior que frequenta, deve dar disso conhecimento à Câmara Municipal de Tabuaço para efeitos de cômputo dos rendimentos, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas penalizações previstas no presente Regulamento, designadamente do artigo 16.º, e outras passíveis de aplicação nos termos gerais. -----

## ARTIGO 7º CONDIÇÕES DE ACESSO

1 – Podem candidatar-se à atribuição de bolsas de estudo os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: -----

- a) Residirem no concelho de Tabuaço há mais de um ano; -----
- b) Não disporem, por si ou através do seu agregado familiar, de um rendimento mensal per capita que ultrapasse 75% do salário mínimo nacional; -----
- c) Frequentem ou se encontrem inscritos em curso do ensino superior; -----
- d) Não serem detentores de licenciatura, bacharelato ou qualquer curso equivalente; -----
- e) Não terem reprovado no ano anterior, salvo motivos de força maior, devidamente comprovados, designadamente doença prolongada. -----

2 - Salvaguarda-se a atribuição da bolsa de estudo em situação de emergência, ou seja, aquando da candidatura o agregado familiar



*seja detentor de uma situação económica estável, mas, devido à falta de pagamento das remunerações ou por causa de se encontrar entretanto em situação de desemprego, o agregado atravesse uma situação económica difícil, devidamente comprovada. -----*



## ARTIGO 8º

### PROCESSO DE CANDIDATURA

*1 – A Câmara Municipal de Tabuaço publicitará, mediante a afixação de editais nos lugares habituais, para cada ano escolar, a data da apresentação das candidaturas. -----*

*2 – A candidatura, composta pelo respetivo impresso devidamente preenchido e acompanhado pelos documentos comprovativos das condições de acesso previstos no artigo seguinte, deverá ser entregue nos serviços competentes da Câmara Municipal de Tabuaço, em papel, no horário de funcionamento da mesma. -----*

*3 – Caso o candidato realize exames na segunda época, poderá apresentar o certificado de aproveitamento escolar no prazo de 20 dias úteis após a obtenção dos resultados finais das respetivas provas, ficando entretanto pendente a decisão final sobre o processo de candidatura. -----*

*4 – As listas nominativas dos candidatos e das bolsas de estudo atribuídas serão afixadas na Câmara Municipal de Tabuaço. -----*

*5 – A simples apresentação da candidatura não confere qualquer direito à atribuição da bolsa de estudo. -----*

## ARTIGO 9º

### DOCUMENTOS A INSTRUIR O PROCESSO DE CANDIDATURA

*1 – Para efeitos do disposto no nº 2 do artigo anterior, todas as candidaturas deverão ser instruídas com os seguintes documentos: -*

- a) Certificado de matrícula ou de admissão no curso; -----*
- b) Certificado de aproveitamento escolar emitido pelo estabelecimento de ensino que frequentou no ano letivo anterior, do qual deverá constar a classificação obtida em cada uma das disciplinas; -----*
- c) Fotocópia do cartão do cidadão/bilhete de identidade do candidato; -----*
- d) Fotocópia do cartão de eleitor do candidato, quando existente; -*
- e) Atestado de residência comprovativo que o candidato reside no concelho de Tabuaço há, pelo menos, um ano; -----*
- f) Certidão emitida pela Junta de Freguesia comprovativa do agregado familiar; -----*

- g) *Fotocópia da última declaração de rendimentos dos membros do agregado familiar, bem como documento comprovativo da liquidação de IRS/IRC ou certidão de isenção emitida pelos Serviços de Finanças;* -----
- h) *Documento comprovativo da renda mensal, no caso de o agregado familiar residir em imóvel arrendado, ou do encargo mensal com a aquisição de habitação própria;* -----
- i) *Fotocópia dos cartões de contribuinte ou cartões de cidadão de todos os membros que compõem o agregado familiar;* -----
- j) *Outros documentos comprovativos de situações específicas declaradas, que os serviços entendam necessários à apreciação da situação económica e familiar do candidato, designadamente, comprovativo de prestações sociais tais como abono de família e outras, pensões e/ou subsídios que abonem o agregado familiar;* ----
- k) *No caso de algum dos elementos do agregado familiar auferir rendimento do estrangeiro deverá entregar documento comprovativo do seu domicílio fiscal;* -----
- l) *Se o domicílio fiscal não se situar em Portugal deverá apresentar a declaração de rendimentos da entidade empregadora auferidos no estrangeiro;* -----
- m) *Nota de liquidação de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – ou documento emitido pelo Serviço de Finanças atestando a não existência de prédios em nome de qualquer dos membros do agregado familiar;* -----

2 – *Os candidatos poderão ainda juntar todos os elementos adicionais que considerem necessários à apreciação da sua situação económica e familiar.* -----

3 – *Quando não seja possível entregar todos os documentos exigidos no nº 1, os candidatos deverão fazê-lo no prazo máximo de 30 dias após o término do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão.* -----

4 – *Os documentos apresentados sob a forma de fotocópia devem ser acompanhados dos respetivos originais, salvo se apenas a fotocópia for exigida ou se forem apresentados sob a forma de fotocópia autenticada pelo Serviço responsável pela sua emissão ou ainda se nos próprios serviços da Câmara Municipal o trabalhador que receba a candidatura ateste que aquela é fotocópia do original exibido.* -----



## ARTIGO 10º PROCESSO DE SELECÇÃO

- 1 – As bolsas de estudo serão atribuídas aos candidatos selecionados por um júri, nomeado anualmente pela Câmara Municipal de Tabuaço, cabendo a esta a ratificação da lista final. -----
- 2 – Todos os candidatos serão informados, por escrito, da atribuição ou não da bolsa de estudo. -----
- 3 – Da decisão do júri cabe recurso para a Câmara Municipal de Tabuaço, a interpor no prazo legal. -----
- 4 – A lista final será afixada no átrio da Câmara Municipal de Tabuaço. -----
- 5 – A Câmara Municipal de Tabuaço reserva o direito de não atribuir as bolsas de estudo, devendo fundamentar devidamente a sua decisão. -----
- 6 – Dos candidatos excluídos da atribuição da Bolsa de Estudo e para os efeitos dos artigos 5º e 6º e após se pronunciarem nos termos do nº 2 do presente artigo, poderá ser-lhes atribuída uma bolsa simbólica. -----

## ARTIGO 11º SELECÇÃO DE CANDIDATOS

- 1 – A seleção consiste na análise da situação económica do candidato e resulta da aplicação da seguinte fórmula para determinação do rendimento anual líquido per capita: -----

$$C = ((R+R1) - (I+H)) / N$$

Em que: -----

- C – rendimento per capita -----
- R – Rendimento do trabalho, tributável ou não, e demais rendimentos assim definidos para efeitos de IRS/IRC. -----
- R1 – Rendimento do tipo social, não tributável, nomeadamente, abono de família, pensão de alimentos, subsídio de desemprego, rendimento social de inserção e congéneres, salvo a bolsa auferida nos Serviços de Ação Social da Instituição do Ensino Superior que frequente. -----
- I – Impostos e contribuições. -----
- H – Encargos anuais com a habitação até ao limite de € 6.000,00. ---
- N – Número de pessoas que compõem o agregado familiar. -----

2 – Este rendimento é calculado com base nas informações prestadas pelo candidato e comprovadas documentalmente no âmbito do processo da candidatura, bem como tendo por base outras informações complementares a solicitar ao candidato quando se revele necessário. -----

3 – Sempre que qualquer membro do agregado familiar, embora seja trabalhador, não apresente no Serviço de Finanças a declaração de IRS por a isso não estar obrigado por lei ou qualquer outro documento comprovativo do seu rendimento, será considerado para cálculo do rendimento anual líquido, o salário mínimo nacional em vigor, vezes 12 meses. -----

4 – A seriação dos candidatos é feita pela ordem crescente de rendimento anual líquido per capita e nos termos do artigo seguinte.

#### ARTIGO 12º CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

1 – São consideradas na atribuição das bolsas de estudo os seguintes critérios por ordem de prioridade: -----

- a) Menor rendimento per capita do agregado familiar; -----
- b) Melhor aproveitamento escolar; -----
- c) Menor idade do candidato; -----
- d) Alunos que frequentem cursos que atendam às necessidades específicas do mercado de emprego do concelho e da região. -----

2 – Cada critério deverá obedecer a uma pontuação específica, previamente definida pelo júri. -----

#### ARTIGO 13º CONCEITO DE APROVEITAMENTO ESCOLAR

1 – Para efeitos do presente Regulamento, considera-se que o aluno obteve aproveitamento escolar num ano letivo quando reúne todos os requisitos que lhe permitam a matrícula e a frequência no ano seguinte do curso, de acordo com as normas em vigor no respetivo estabelecimento de ensino que frequenta. -----

2 – Os estudantes que não obtenham aproveitamento escolar serão excluídos, exceto se tal sucedeu por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada especialmente grave, desde que devidamente comprovadas e participadas, aquando da candidatura, à Câmara Municipal de Tabuaço. -----

3 – As exceções referidas no número anterior serão apreciadas caso a caso, cabendo ao Júri a manutenção ou não da candidatura. -----



4 – Poderão candidatar-se à bolsa de estudo os estudantes que mudem de curso, não podendo contudo a bolsa ser atribuída por um período superior ao da duração do curso em que inicialmente ingressaram. -----

5 – A atribuição de bolsa de estudo não poderá, em qualquer caso, prolongar-se além do limite máximo de cinco anos. -----

## ARTIGO 14º DEVERES DOS BOLSEIROS

1 – Constituem deveres dos bolseiros: -----

a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Tabuaço, no âmbito do processo de atribuição de bolsas de estudo; -

b) Participar, num prazo de 30 (trinta) dias, à Câmara Municipal de Tabuaço todas as alterações ocorridas posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativa à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso, que possam influir na continuação da atribuição da bolsa de estudo; -----

c) Usar de boa-fé em todas as declarações que prestar; -----

d) Obter sempre aproveitamento escolar que lhe permita passar de ano, concluindo, desta forma, o curso dentro dos anos curriculares; -----

e) Sempre que possível, ficar a trabalhar no concelho de Tabuaço durante um período de cinco anos após a conclusão do seu curso superior. -----

## ARTIGO 15º DIREITOS DOS BOLSEIROS

1 – Constituem direitos dos bolseiros da Câmara Municipal de Tabuaço: -----

a) Receber integralmente as prestações da bolsa atribuída - prestações mensais; -----

b) Ter conhecimento de qualquer alteração ao presente Regulamento. -----

## ARTIGO 16º CESSAÇÃO DO DIREITO À BOLSA DE ESTUDO

1 – Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo: ---

- a) A prestação, por omissão ou inexatidão, de falsas declarações à Câmara Municipal de Tabuaço pelo candidato ou pelo seu representante; -----
- b) A desistência de frequência do curso ou a sua interrupção; -----
- c) Mudança de residência para outro concelho; -----
- d) Aceitação de outra bolsa ou subsídio concedido por outra instituição e/ou associação, para o mesmo ano letivo, sem prejuízo do nº 5 do artigo 6.º, salvo se for dado conhecimento à Câmara Municipal de Tabuaço que reavalia a candidatura nos termos do presente Regulamento; -----
- e) O incumprimento das obrigações previstas no artigo 14.º; -----
- f) A falta de comunicação por escrito, no prazo de 30 dias, dirigida ao presidente da Câmara Municipal, da alteração da sua situação económica suscetível de alterar o montante da bolsa de estudo atribuída; -----
- g) A não apresentação de documentos solicitados pela Câmara Municipal no prazo de 15 dias, ou noutro que lhe seja expressamente concedido para o efeito; -----
- h) Não seja possível ponderar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos e ou declarações após terem sido solicitadas ao candidato. -----

2 – Sempre que se verifique alguma das situações descritas nas alíneas do número anterior, a Câmara Municipal reserva-se o direito de exigir ao bolseiro, ao seu encarregado de educação, ou representante legal, a restituição das mensalidades eventualmente pagas, bem como de adotar os procedimentos julgados adequados para o efeito. -----

## ARTIGO 17º

### RENOVAÇÃO DA BOLSA DE ESTUDO

1 – A renovação das bolsas de estudo segue os trâmites previstos nos artigos 8º a 12º do presente Regulamento. -----

2 – A renovação da bolsa pressupõe, obrigatoriamente, que o bolseiro obteve aproveitamento escolar, nos termos do artigo 13º, salvo caso de força maior, devidamente comprovado, designadamente doença prolongada. -----

## ARTIGO 18º

### DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – A Câmara Municipal de Tabuaço reserva-se o direito de solicitar aos estabelecimentos de ensino informações relativas aos



*candidatos à bolsa de estudo. -----*  
*2 – As bolsas de estudo são atribuídas anualmente não sendo, por*  
*isso, automaticamente reservadas e/ou renovadas. -----*  
*3 – As dúvidas, casos omissos e interpretações resultantes da*  
*aplicação do presente Regulamento são resolvidos pela Câmara*  
*Municipal. -----*

### ARTIGO 19º ENTRADA EM VIGOR

*O presente Regulamento entra em vigor cinco dias após a sua*  
*publicitação nos lugares públicos do costume, dos editais que*  
*publiquem a sua aprovação pela Assembleia Municipal, mediante*  
*proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 56º do*  
*75/2013, de 12 de setembro. -----*

### ARTIGO 20º CONTAGEM DE PRAZOS

*À contagem dos prazos previstos no presente Regulamento é*  
*aplicável o Código do Procedimento Administrativo.” -----*

2. Submeter, de harmonia com o preceituado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a alteração ao regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de trinta dias, devendo, para o efeito, ser publicitado na 2.ª série do Diário da República e na página eletrónica do Município. -----

3. Remeter, em conformidade com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, a primeira proposta de alteração ao regulamento à Assembleia Municipal, se entretanto não for apresentada qualquer sugestão sobre a mesma, para efeitos de aprovação, face ao vertido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I do sobredito diploma legal. -----

### **SERVIÇOS FINANCEIROS** -----

**Informação da Divisão Financeira, datada em 4 de setembro de 2015,**  
**respeitante às taxas a fixar anualmente. -----**

### **DEL. 269/09/2015**

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação da Divisão Financeira, datada em 4 de setembro de 2015, deliberou, por



unanimidade, propor à Assembleia Municipal a fixação para o ano de 2016 das seguintes taxas: -----

a) 0,25% para a taxa municipal de direitos de passagem (*cf.* artigo 106.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação); -----

b1) 1,2 % de derrama (*cf.* artigo 18.º, n.º 1, do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e subsequentes alterações); -----

b2) 0,5% de derrama [taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse o montante de € 150.000,00 (*cf.* artigo 18.º, n.º 10, do RFALEI)]; -----

c) 5% de participação variável no IRS – imposto sobre o rendimento das pessoas singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, e ulteriores alterações, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º (*cf.* artigo 26.º, n.º 1, do RFALEI); -----

d) 0,4% do imposto municipal sobre os imóveis (IMI) para os prédios urbanos (*cf.* artigo 112, n.º 1, alínea c), do anexo I do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual). -----

**Plano de liquidação de pagamentos em atraso. -----**

### **DEL. 270/09/2015**

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à Assembleia Municipal, por força do disposto no artigo 16.º, n.º 4, com remissão para o artigo 6.º, n.º 1, alínea c), ambos da Lei dos Compromissos e Pagamentos e Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e subsequentes alterações, para efeitos de autorização prévia. -----

### **SERVIÇOS TÉCNICOS -----**

**Informação n.º 553, de 3 de setembro de 2015, respeitante aos projetos dos regulamentos dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos do Município de Tabuaço, bem como a tabela de taxas. -----**



## **DEL. 271/09/2015**

A Câmara, nos termos e com os fundamentos de facto constantes na informação n.º 553, de 3 de setembro de 2015, deliberou, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores João Joaquim Saraiva Ribeiro e Maria Catarina dos Santos Assis, tendo, neste caso, o senhor Presidente da Câmara utilizado o voto de qualidade (*cf.* artigo 54.º, n.º 2, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho), o seguinte: -----

1. Aprovar os documentos abaixo elencados, cujo teor dos mesmos será transcrito, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

- a) Projeto de “Regulamento do serviço de abastecimento público de água do Município de Tabuaço”; -----
- b) Projeto de “Regulamento do serviço de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Tabuaço”; -----
- c) Projeto de “Regulamento do serviço de gestão de resíduos urbanos do Município de Tabuaço”; -----
- d) Projeto de “tabela de taxas”. -----

### **“REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE TABUAÇO**

#### **NOTA JUSTIFICATIVA**

*O Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Concelho de Tabuaço encontra-se desajustado face à realidade e legislação em vigor. -----*

*A publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, e do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, determinou a necessidade de proceder à elaboração do presente Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Tabuaço, de acordo com o enquadramento normativo estabelecido naqueles diplomas legais, tendo sido especialmente adaptado às exigências de funcionamento dos serviços de água, às condicionantes técnicas imediatamente aplicáveis no exercício da sua atividade e às necessidades dos consumidores dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água do concelho de Tabuaço, respeitando os princípios gerais a que devem obedecer na respetiva conceção, construção e exploração e a regulamentação técnica e normas de higiene imediatamente aplicáveis. -----*



A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estabelece na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar propostas de regulamento e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal. Assim, em cumprimento daquelas exigências e das disposições legais referidas, a Câmara Municipal elaborou o presente Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água para o Município de Tabuaço. -----

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1.º Lei habilitante**

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, da Portaria n.º 34/2011, de 13 de Janeiro, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e, ainda, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 226-A/2006, de 31 de Maio. -----

### **Artigo 2.º Objeto**

O presente Regulamento estabelece as regras a que deve obedecer o serviço de fornecimento e a distribuição de água para consumo público no Município de Tabuaço. -----

### **Artigo 3.º Âmbito de aplicação**

O presente Regulamento aplica-se em toda a área do Município de Tabuaço às atividades de conceção, projeto, construção e exploração dos sistemas públicos e prediais de abastecimento de água em baixa. -----

### **Artigo 4.º Legislação aplicável**

1. Em tudo quanto omissa neste Regulamento são aplicáveis as disposições legais em vigor respeitantes aos sistemas públicos e prediais de distribuição de água, designadamente, as constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto. -----
2. A conceção e o dimensionamento das redes de distribuição pública de água e das redes de distribuição interior, bem como a apresentação dos projetos e execução das respetivas obras, devem cumprir integralmente o estipulado nas disposições legais em vigor,

designadamente as do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto. -----

3. Os projetos, a instalação, a localização, o diâmetro nominal e outros aspetos relativos à instalação dos dispositivos destinados à utilização de água para combate aos incêndios em edifícios de habitação e estabelecimentos hoteleiros e similares estão sujeitos às disposições legais em vigor, designadamente, no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro, e no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro.

4. O fornecimento de água assegurado no Município de Tabuaço obedece às regras de prestação de serviços públicos essenciais destinadas à proteção dos utilizadores que estejam consignadas na legislação em vigor, designadamente, as constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, do Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de Julho, e do Despacho n.º 4186/2000 (2.ª série), de 22 de Fevereiro, com todas as alterações que lhes sejam introduzidas. -----

5. A qualidade da água destinada ao consumo humano fornecida pelas redes de distribuição pública de água aos utilizadores obedece às disposições legais em vigor, designadamente as do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto. -----

6. Em matéria de procedimento contraordenacional, são aplicáveis, para além das normas especiais, estatuídas no Capítulo VI do presente Regulamento e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, as constantes do Regime Geral das Contraordenações e Coimas - Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na redação em vigor. -----

### **Artigo 5.º Entidade Titular e Entidade Gestora do Sistema**

1. O Município de Tabuaço é a entidade titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de água no respectivo território. -----

2. Em toda a área do Município de Tabuaço a Entidade Gestora responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de água para consumo humano é o Município de Tabuaço. --

### **Artigo 6.º Definições**

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por:

a) «Acessórios»: peças ou elementos que efetuam as transições nas tubagens, como curvas, reduções, uniões, etc. -----

b) «Água destinada ao consumo humano»: -----



i. Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais; -----

ii. Toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinados ao consumo humano, assim como a utilizada na limpeza de superfícies, objetos e materiais que podem estar em contacto com os alimentos, exceto quando a utilização dessa água não afeta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada; -----

c) «Avarias»: ocorrência de fuga de água detetada em qualquer instalação que necessite de medidas de reparação/renovação, incluindo as avarias causadas por: -----

i. seleção inadequada ou defeitos no fabrico dos materiais, deficiências na construção ou relacionados com a operação; -----

ii. corrosão ou outros fenómenos de degradação dos materiais, externa ou internamente, principalmente (mas não exclusivamente) em materiais metálicos e cimentícios; -----

iii. danos mecânicos externos, por exemplo devidos à escavação, incluindo danos provocados por terceiros; -----

iv. movimentos do solo relacionados com efeitos provocados pelo gelo, por períodos de seca, por tráfego pesado, por sismos, por inundações ou outros. -----

d) «Boca de incêndio»: equipamento de combate a incêndio que pode ser instalado na parede ou no passeio; -----

e) «Canalização»: conjunto constituído pelas tubagens e acessórios, não incluindo órgãos e equipamentos; -----

f) «Câmara de ramal de ligação»: dispositivo através da qual se estabelece a ligação entre o sistema de distribuição predial e respetivo ramal que deverá localizar-se na edificação, junto ao limite da propriedade e em zonas de fácil acesso, sempre que possível; ---

g) «Caudal»: volume de água que atravessa uma dada secção num determinado intervalo de tempo; -----

h) «Consumidor»: utilizador do serviço a quem a água é fornecida para uso não profissional; -----

- i) «Contador ou Medidor de Caudal»: instrumento concebido para medir, totalizar e indicar o volume, nas condições da medição, da água que passa através do transdutor de medição; -----
- j) «Classe metrológica»: define os intervalos de caudal onde determinado contador deve funcionar em condições normais de utilização, isto é, em regime permanente e em regime intermitente, sem exceder os erros máximos admissíveis; -----
- k) «Contrato»: documento celebrado entre a Entidade Gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, pelo qual é estabelecida entre as partes uma relação de prestação, permanente ou eventual, do Serviço nos termos e condições do presente Regulamento; -----
- l) «Diâmetro Nominal»: designação numérica do diâmetro de um componente que corresponde ao número inteiro que se aproxima da dimensão real em milímetros; -----
- m) «Estrutura tarifária»: conjunto de regras de cálculo expressas em termos genéricos, aplicáveis a um conjunto de valores unitários e outros parâmetros; -----
- n) «Fornecimento de água»: o serviço prestado pela Entidade Gestora aos utilizadores; -----
- o) «Hidrantes»: conjunto das bocas-de-incêndio e dos marcos de água; -----
- p) «Inspeção»: atividade conduzida por funcionários da Entidade Gestora ou por esta acreditados, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes do presente Regulamento, sendo, em regra, elaborado um relatório escrito da mesma, ficando os resultados registados de forma a permitir à Entidade Gestora avaliar a operacionalidade das infraestruturas e tomar medidas corretivas apropriadas; -----
- q) «Local de Consumo»: espaço associado a um contador de água e como tal abastecido pelo mesmo; -----
- r) «Marco de água»: equipamento de combate a incêndio instalado de forma saliente relativamente ao nível do pavimento; -----
- s) «Pressão de Serviço»: pressão disponível nas redes de água, em condições normais de funcionamento; -----
- t) «Ramal de Ligação de Água»: troço de canalização destinado ao serviço de abastecimento de um prédio, compreendido entre os limites do terreno do mesmo e a rede pública em que estiver inserido, ou entre a rede pública e qualquer dispositivo de corte geral do prédio instalado na via pública; -----
- u) «Reabilitação»: trabalhos associados a qualquer intervenção física que prolongue a vida de um sistema existente e/ou melhore o

seu desempenho estrutural, hidráulico e/ou de qualidade da água, envolvendo uma alteração da sua condição ou especificação técnica. A reabilitação estrutural inclui a substituição e a renovação. A reabilitação hidráulica inclui a substituição, o reforço e, eventualmente, a renovação. A reabilitação para efeitos da melhoria da qualidade da água inclui a substituição e a renovação; -----

v) «Renovação»: qualquer intervenção física que prolongue a vida do sistema ou que melhore o seu desempenho, no seu todo ou em parte, mantendo a capacidade e a função inicial e pode incluir a reparação; -----

w) «Reparação»: intervenção destinada a corrigir anomalias localizadas; -----

x) «Reservatórios Prediais»: unidades de reserva que fazem parte integrante da rede predial e têm como finalidade o armazenamento de água à pressão atmosférica, constituindo uma reserva destinada à alimentação da rede predial a que estão associados e cuja exploração é da exclusiva responsabilidade da entidade privada; -----

y) «Reservatórios Públicos»: unidades de reserva que fazem parte da rede pública de distribuição e têm como finalidade armazenar água, servir de volante de regularização compensando as flutuações de consumo face à adução, constituir reserva de emergência para combate a incêndios ou para assegurar a distribuição em casos de interrupção voluntária ou acidental do sistema a montante, equilibrar as pressões na rede e regularizar o funcionamento das bombagens cuja exploração é da exclusiva responsabilidade da Entidade Gestora; -----

z) «Serviço»: exploração e gestão do sistema público municipal de abastecimento de água; -----

aa) «Serviços auxiliares»: os serviços prestados pela Entidade Gestora, de carácter conexo com os serviços de águas, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica; -----

bb) «Sistema público de abastecimento de água» ou «rede pública»: sistema de canalizações, órgãos e equipamentos, destinados à distribuição de água potável, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais; --

cc) «Sistemas de Distribuição Predial» ou «Rede predial»: canalizações, órgãos e equipamentos prediais que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de utilização do prédio,

normalmente instalados no seu interior, ainda que possam estar instalados em domínio público; -----

dd) «Substituição»: substituição de uma instalação existente por uma nova quando a que existe já não é utilizada para o seu objetivo inicial; -----

ee) «Tarifário»: conjunto de valores unitários e outros parâmetros e regras de cálculo que permitem determinar o montante exato a pagar pelo utilizador final à Entidade Gestora em contrapartida do serviço; -----

ff) «Titular do contrato»: qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que celebra com a Entidade Gestora um Contrato, também designada na legislação aplicável em vigor por utilizador ou utilizadores; -----

gg) «Torneira de corte ao prédio»: válvula de seccionamento, destinada a seccionar a montante o ramal de ligação do prédio, de forma a regular o fornecimento de água, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da Entidade Gestora; -----

hh) «Utilizador doméstico»: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios; -----

ii) «Utilizador não doméstico»: aquele que não esteja abrangido pela alínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos sectores empresariais do Estado e das autarquias. -----

### **Artigo 7.º Simbologia e Unidades**

1. A simbologia dos sistemas públicos e prediais a utilizar é a indicada nos anexos I, II, III, VIII, e XIII do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto. -----

2. As unidades em que são expressas as diversas grandezas devem observar a legislação portuguesa. -----

### **Artigo 8.º Regulamentação Técnica**

As normas técnicas a que devem obedecer a conceção, o projeto, a construção e a exploração do Sistema Público, bem como as respetivas normas de higiene e segurança, são as aprovadas nos termos da legislação em vigor. -----

### **Artigo 9.º Princípios de gestão**

A prestação do serviço de abastecimento público de água obedece aos seguintes princípios: -----

- a) Princípio da universalidade e da igualdade de acesso; -----
- b) Princípio da qualidade e da continuidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores; -----
- c) Princípio da transparência na prestação de serviços; -----
- d) Princípio da proteção da saúde pública e do ambiente; -----
- e) Princípio da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis; -
- f) Princípio da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional; ----
- g) Princípio do utilizador pagador. -----

### **Artigo 10.º Disponibilização do Regulamento**

O Regulamento está disponível no sítio da Internet da Entidade Gestora e nos serviços de atendimento, sendo neste último caso fornecidos exemplares mediante o pagamento da quantia definida no tarifário em vigor. -----

## **CAPÍTULO II - DIREITOS E DEVERES**

### **Artigo 11.º Deveres da Entidade Gestora**

Compete à Entidade Gestora, designadamente: -----

- a) Fornecer água destinada ao consumo humano nos termos fixados na legislação em vigor; -----
- b) Garantir a qualidade, a regularidade e a continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor; -----
- c) Assumir a responsabilidade da conceção, construção e exploração do sistema de água bem como mantê-lo em bom estado de funcionamento e conservação; -----
- d) Promover a elaboração de planos, estudos e projetos que sejam necessários à boa gestão dos sistemas; -----
- e) Manter atualizado o cadastro das infraestruturas e instalações afetas ao sistema público de abastecimento de água, bem como elaborar e cumprir um plano anual de manutenção preventiva para as redes públicas de abastecimento; -----
- f) Submeter os componentes do sistema público, antes de entrarem em serviço, a ensaios que assegurem o seu bom funcionamento; ----
- g) Tomar as medidas necessárias para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão ou de incrustações nas redes; -----

- h) Promover a instalação, a substituição ou a renovação dos ramais de ligação; -----
- i) Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante e os filtros de proteção aos mesmos; -----
- j) Promover a atualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental; -----
- k) Promover a atualização anual do tarifário e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no sítio na Internet da Entidade Gestora; -----
- l) Proceder em tempo útil à emissão e ao envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança; -----
- m) Disponibilizar serviços de cobrança, por forma a que os utilizadores possam cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível; -----
- n) Disponibilizar serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o serviço público de abastecimento de água; -----
- o) Manter um registo atualizado dos processos das reclamações dos utilizadores; -----
- p) Prestar informação essencial sobre a sua atividade; -----
- q) Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento. -----

### **Artigo 12.º Deveres dos utilizadores**

Compete, designadamente, aos utilizadores: -----

- a) Solicitar a ligação ao serviço de abastecimento público de água sempre que o mesmo esteja disponível; -----
- b) Cumprir o presente Regulamento; -----
- c) Não fazer uso indevido ou danificar qualquer componente dos sistemas públicos de abastecimento de água; -----
- d) Não alterar o ramal de ligação; -----
- e) Não fazer uso indevido ou danificar as redes prediais e assegurar a sua conservação e manutenção; -----
- f) Manter em bom estado de funcionamento os aparelhos sanitários e os dispositivos de utilização; -----
- g) Avisar a Entidade Gestora de eventuais anomalias nos sistemas e nos aparelhos de medição; -----
- h) Não proceder a alterações nas redes prediais sem prévia concordância da Entidade Gestora quando tal seja exigível nos termos da legislação em vigor, ou cause impacto nas condições de fornecimento existentes; -----

- i) Não proceder à execução de ligações ao sistema público sem autorização da Entidade Gestora; -----
- j) Pagar as importâncias devidas, nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento e dos contratos estabelecidos com a Entidade Gestora. -----

### **Artigo 13.º Direito à prestação do serviço**

1. Qualquer utilizador cujo local de consumo se insira na área de influência da Entidade Gestora tem direito à prestação do serviço de abastecimento público de água, sempre que o mesmo esteja disponível. -----
2. O serviço de abastecimento público de água através de redes fixas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da Entidade Gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a 20 m do limite da propriedade. -----

### **Artigo 14.º Direito à informação**

1. Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela Entidade Gestora das condições em que o serviço é prestado, em especial no que respeita à qualidade da água fornecida e aos tarifários aplicáveis. -----
2. A Entidade Gestora publicita trimestralmente, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou na imprensa regional, os resultados analíticos obtidos pela implementação do programa de controlo da qualidade da água. -----
3. A Entidade Gestora dispõe de um sítio na Internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente: -----
- a) Identificação da Entidade Gestora, suas atribuições e âmbito de atuação; -----
- b) Estatutos e contrato relativo à gestão do sistema e suas alterações; -----
- c) Relatório e contas ou documento equivalente de prestação de contas; -----
- d) Regulamentos de serviço; -----
- e) Tarifários; -----
- f) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores; -----
- g) Resultados da qualidade da água, bem como outros indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores; -----
- h) Informações sobre interrupções do serviço; -----

i) Contactos e horários de atendimento. -----

**Artigo 15.º Atendimento ao público**

1. A Entidade Gestora dispõe de um local de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico. -----
2. O atendimento ao público é efetuado nos dias úteis das 9 h às 12 h 30 m e das 14 h às 17 h 30 m, sem prejuízo da existência de um serviço de piquete 24 horas por dia. -----

**CAPÍTULO III - SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**

**SECÇÃO I - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE ÁGUA**

**Artigo 16.º Obrigatoriedade de ligação à rede geral de distribuição**

1. Dentro da área abrangida pelas redes de distribuição de água, os proprietários dos prédios existentes ou a construir são obrigados a: -

- a) Instalar, por sua conta, a rede de distribuição predial; -----
- b) Solicitar a ligação à rede de distribuição pública de água. -----

2. A obrigatoriedade de ligação à rede geral de distribuição de água abrange todas as edificações qualquer que seja a sua utilização. ----

3. Os usufrutuários, comodatários e arrendatários, mediante autorização dos proprietários, podem requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede geral de distribuição de água. -----

4. A Entidade Gestora notifica, com uma antecedência mínima de 30 dias, os proprietários dos edifícios abrangidos pela rede de distribuição pública de água das datas previstas para início e conclusão das obras dos ramais de ligação. -----

5. Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública, os proprietários dos prédios que disponham de captações próprias de água para consumo humano devem proceder à sua desativação no prazo máximo de 30 dias, ou em prazo diferente fixado em legislação específica, ou garantir a independência da rede predial alimentada pela água proveniente de captações particulares da rede predial alimentada pela rede pública de abastecimento de água e de saneamento, sem prejuízo de em casos excepcionais poderem ser aceites soluções simplificadas, desde que garantidas as condições adequadas de saúde pública e proteção ambiental. -----

6. A Entidade Gestora comunica à Administração da Região Hidrográfica territorialmente competente as áreas servidas pela respetiva rede pública na sequência da sua entrada em funcionamento. -----

### **Artigo 17.º Dispensa de ligação**

1. Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de abastecimento de água: -----

a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento de água para consumo humano devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais; -----

b) Os edifícios ou fogos cujo mau estado de conservação ou ruína os torne inabitáveis e estejam de facto permanente e totalmente desabitados; -----

c) Os edifícios em vias de expropriação ou demolição. -----

2. A isenção deve ser requerida pelo interessado, podendo a Entidade Gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar. -----

### **Artigo 18.º Prioridades de fornecimento**

A Entidade Gestora, face às disponibilidades de cada momento, procede ao fornecimento de água atendendo preferencialmente às exigências destinadas ao consumo humano das instalações médico/hospitalares na área da sua intervenção. -----

### **Artigo 19.º Exclusão da responsabilidade**

A Entidade Gestora não é responsável por danos que possam sofrer os utilizadores, decorrentes de avarias e perturbações nas canalizações das redes de distribuição pública de água, bem como de interrupções ou restrições ao fornecimento de água, desde que resultantes de: -----

a) Casos fortuitos ou de força maior; -----

b) Execução, pela Entidade Gestora, de obras previamente programadas, desde que os utilizadores tenham sido expressamente avisados com uma antecedência mínima de 48 horas; -----

c) Atos dolosos ou negligentes praticados pelos utilizadores, assim como por defeitos ou avarias nas instalações prediais. -----

## **Artigo 20.º Interrupção ou restrição no abastecimento de água**

1. A Entidade Gestora pode suspender o abastecimento de água nos seguintes casos: -----

a) Deterioração na qualidade da água distribuída ou previsão da sua ocorrência iminente; -----

b) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias; --

c) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição do sistema público ou dos sistemas prediais, sempre que exijam essa suspensão; -----

d) Casos fortuitos ou de força maior; -----

e) Detecção de ligações clandestinas ao sistema público; -----

f) Anomalias ou irregularidades no sistema predial detetadas pela Entidade Gestora no âmbito de inspeções ao mesmo; -----

g) Determinação por parte da autoridade de saúde e/ou da autoridade competente. -----

2. A Entidade Gestora deve comunicar aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no abastecimento de água. -----

3. Quando ocorrer qualquer interrupção não programada no abastecimento de água aos utilizadores, a Entidade Gestora deve informar os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da Internet e da utilização de meios de comunicação social, e, no caso de utilizadores especiais, tais como hospitais, tomar diligências específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção. -----

4. Em qualquer caso, a Entidade Gestora deve mobilizar todos os meios adequados à reposição do serviço no menor período de tempo possível e tomar as medidas que estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os incómodos causados aos utilizadores dos serviços. -----

5. Nas situações em que estiver em risco a saúde humana e for determinada a interrupção do abastecimento de água pela autoridade de saúde, as Entidades Gestoras devem providenciar uma alternativa de água para consumo humano, desde que aquelas se mantenham por mais de 24 horas. -----

## **Artigo 21.º Interrupção do abastecimento de água por facto imputável ao utilizador**

1. A Entidade Gestora pode suspender o abastecimento de água, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações: -----

a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de fornecimento de água e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço; -----

b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão; -----

c) Mora do utilizador no pagamento dos consumos realizados; -----

d) Quando seja recusada a entrada para inspeção das redes e para leitura, verificação, substituição ou levantamento do contador; -----

e) Quando o contador for encontrado viciado ou for empregue qualquer meio fraudulento para consumir água; -----

f) Quando o sistema de distribuição predial tiver sido modificado e altere as condições de fornecimento; -----

g) Em outros casos previstos na lei. -----

2. A interrupção do abastecimento, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a Entidade Gestora de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e ainda, de impor as coimas que ao caso couberem. -----

3. A interrupção do abastecimento de água com base na alíneas a), b), c), d), f) e g) só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data que venha a ter lugar. -----

4. No caso previsto na alínea e) do n.º 1, a interrupção pode ser feita imediatamente, devendo, no entanto, ser depositado no local do contador documento justificativo da razão daquela interrupção de fornecimento. -----

5. Não devem ser realizadas interrupções do serviço em datas que impossibilitem a regularização da situação pelo utilizador no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização. -----

### **Artigo 22.º Restabelecimento do fornecimento**

1. O restabelecimento do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador depende da correção da situação que lhe deu origem. --
2. No caso da mora no pagamento dos consumos, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento. -----
3. O restabelecimento do fornecimento deve ser efetuado no prazo de 24 horas após a regularização da situação que originou a suspensão. -----

## **SECÇÃO II - QUALIDADE DA ÁGUA**

### **Artigo 23.º Qualidade da água**

1. A Entidade Gestora deve garantir: -----
  - a) Que a água fornecida destinada ao consumo humano possui as características que a definem como água salubre, limpa e desejavelmente equilibrada, nos termos fixados na legislação em vigor; -----
  - b) A monitorização periódica da qualidade da água no sistema de abastecimento, sem prejuízo do cumprimento do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente; -----
  - c) A divulgação periódica, no mínimo trimestral, dos resultados obtidos da verificação da qualidade da água obtidos na implementação do programa de controlo da qualidade da água aprovado pela autoridade competente, nos termos fixados na legislação em vigor; -----
  - d) A disponibilização da informação relativa a cada zona de abastecimento, quando solicitada; -----
  - e) A implementação de eventuais medidas determinadas pela autoridade de saúde e/ou da autoridade competente, incluindo eventuais ações de comunicação ao consumidor, nos termos fixados na legislação em vigor; -----
  - f) Que o tipo de materiais especificados nos projetos das redes de distribuição pública, para as tubagens e acessórios em contacto com a água, tendo em conta a legislação em vigor, não provocam alterações que impliquem a redução do nível de proteção da saúde humana. -----

2. O utilizador do serviço de fornecimento de água deve garantir: -----

- a) A instalação na rede predial dos materiais especificados no projeto, nos termos regulamentares em vigor; -----
- b) As condições de bom funcionamento, de manutenção e de higienização dos dispositivos de utilização na rede predial, nomeadamente, tubagens, torneiras e reservatórios; -----
- c) A independência da rede predial alimentada pela rede pública de qualquer outro dispositivo alimentado por uma origem de água de captações particulares; -----
- d) O acesso da Entidade Gestora às suas instalações para a realização de colheitas de amostras de água a analisar, bem como, para a inspeção das condições da rede predial no que diz respeito à ligação à rede pública, aos materiais utilizados e à manutenção e higienização das canalizações; -----
- e) A implementação de eventuais medidas determinadas pela autoridade de saúde e/ou da autoridade competente. -----

### **SECÇÃO III - USO EFICIENTE DA ÁGUA**

#### **Artigo 24.º Objetivos e medidas gerais**

A Entidade Gestora promove o uso eficiente da água de modo a minimizar os riscos de escassez hídrica e a melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, com especial cuidado nos períodos de seca, designadamente através de: -----

- a) Ações de sensibilização e informação; -----
- b) Iniciativas de formação, apoio técnico e divulgação de documentação técnica. -----

#### **Artigo 25.º Rede pública de distribuição de água**

Ao nível da rede pública de distribuição de água, a Entidade Gestora promove medidas do uso eficiente da água, designadamente: -----

- a) Otimização de procedimentos e oportunidades para o uso eficiente da água; -----
- b) Redução de perdas nas redes públicas de distribuição de água; ---
- c) Otimização das pressões nas redes públicas de distribuição de água; -----
- d) Utilização de um sistema tarifário adequado. -----

### **Artigo 26.º Rede de distribuição predial**

Ao nível da rede de distribuição predial de água, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente: -----

- a) Eliminação das perdas nas redes de distribuição predial de água;
- b) Redução dos consumos através da adoção de dispositivos eficientes; -----
- c) Isolamento térmico das redes de distribuição de água quente; -----
- d) Reutilização ou uso de água de qualidade inferior, sem riscos para a saúde pública. -----

### **Artigo 27.º Usos em instalações residenciais e coletivas**

Ao nível dos usos em instalações residenciais e coletivas, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente: -----

- a) Uso adequado da água; -----
- b) Generalização do uso de dispositivos e equipamentos eficientes; -
- c) Atuação na redução de perdas e desperdícios. -----

## **SECÇÃO IV - SISTEMA PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**

### **Artigo 28.º Propriedade da rede geral de distribuição**

A rede geral de distribuição de água é propriedade do Município, podendo a gestão e exploração do serviço público de abastecimento de água ser delegada ou concessionada. -----

### **Artigo 29.º Instalação e conservação**

1. Compete à Entidade Gestora a instalação, a conservação, a reabilitação e a reparação da rede de distribuição pública de água, assim como a sua substituição e renovação. -----
2. Quando as reparações da rede de distribuição pública de água resultem de dano causados por terceiros à Entidade Gestora, os respetivos encargos são da responsabilidade dos mesmos. -----

### **Artigo 30.º Conceção, dimensionamento, projeto e execução de obra**

A conceção e o dimensionamento dos sistemas, a apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras devem cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, e

no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis. -----

## SECÇÃO V - RAMAIS DE LIGAÇÃO

### **Artigo 31.º Propriedade**

Os ramais de ligação são propriedade do Município, podendo a gestão e exploração do serviço público de abastecimento de água ser delegada ou concessionada. -----

### **Artigo 32.º Instalação, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação**

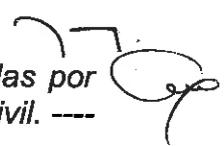
1. A instalação dos ramais de ligação é da responsabilidade da Entidade Gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição, sem prejuízo do disposto nos números seguintes. -----
2. A instalação de ramais de ligação com distância superior a 20 m pode também ser executada pelos proprietários dos prédios a servir, nos termos definidos pela Entidade Gestora, mas, neste caso, as obras são fiscalizadas por esta. -----
3. Os custos com a instalação, a conservação e a substituição dos ramais de ligação são suportados de acordo com o disposto no artigo 66.º deste regulamento. -----
4. Quando as reparações na rede geral ou nos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respetivos encargos são suportados por estes. -----
5. Quando a renovação de ramais de ligação ocorrer por alteração das condições de exercício do abastecimento, por exigências do utilizador, a mesma é suportada por aquele. -----

### **Artigo 33.º Utilização de um ou mais ramais de ligação**

Cada prédio é normalmente abastecido por um único ramal de ligação, podendo, em casos especiais, a definir pela Entidade Gestora, o abastecimento ser feito por mais do que um ramal de ligação. -----

### **Artigo 34.º Torneira de corte para suspensão do abastecimento**

1. Cada ramal de ligação, ou sua ramificação, deverá ter, na via pública ou em parede exterior do prédio confinante com aquela, uma torneira de corte ao prédio, de modelo apropriado, que permita a suspensão do abastecimento de água. -----

2. As torneiras de corte só podem ser acedidas e manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos Bombeiros e da Proteção Civil. --- 

#### **Artigo 35.º Entrada em serviço**

Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que as redes de distribuição prediais do prédio tenham sido verificadas e ensaiadas, nos termos da legislação em vigor. -----

### **SECÇÃO VI - SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO PREDIAL**

#### **Artigo 36.º Caracterização da rede predial**

1. As redes de distribuição predial têm início na torneira de corte e prolongam-se até aos dispositivos de utilização. -----
2. A instalação dos sistemas prediais e a respetiva conservação em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade do proprietário. -----
3. Excetuam-se do número anterior o contador de água, as válvulas a montante e a jusante e o filtro de proteção do contador cuja responsabilidade de colocação e manutenção é da Entidade Gestora. -----

#### **Artigo 37.º Separação dos sistemas**

Os sistemas prediais de distribuição de água devem ser obrigatoriamente independentes de qualquer outra forma de distribuição de água com origem diversa, designadamente poços ou furos privados que, quando existam, devem ser devidamente licenciados nos termos da legislação em vigor. -----

#### **Artigo 38.º Projeto da rede de distribuição predial**

1. É da responsabilidade do autor do projeto das redes de distribuição predial a recolha de elementos de base para a elaboração dos projetos, devendo a Entidade Gestora fornecer toda a informação de interesse, designadamente a existência ou não de redes públicas, as pressões máxima e mínima na rede pública de água e a localização e a profundidade da soleira da câmara de ramal de ligação, nos termos da legislação em vigor. -----
2. O projeto da rede de distribuição predial está sujeito a parecer da Entidade Gestora, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação em vigor, apenas nas situações em que o mesmo não se faça acompanhar por um termo de responsabilidade subscrito por um técnico autor do projeto legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais e

regulamentares aplicáveis, seguindo o conteúdo previsto no n.º 4 do presente artigo e no Anexo I. -----

3. O disposto no número anterior não prejudica a verificação aleatória dos projetos nele referidos. -----

4. O termo de responsabilidade, cujo modelo consta do Anexo I ao presente regulamento, deve certificar, designadamente: -----

a) A recolha dos elementos previstos no anterior n.º 1; -----

b) Articulação com a Entidade Gestora em particular no que respeita à interface de ligação do sistema público e predial tendo em vista a sua viabilidade; -----

c) Que o tipo de material utilizado na rede predial não provoca alterações da qualidade da água que impliquem a redução do nível de proteção da saúde humana, nos termos da legislação em vigor. –

5. As alterações aos projetos de execução das redes prediais devem ser efetuadas com a prévia concordância da Entidade Gestora e nos termos da legislação em vigor. -----

### **Artigo 39.º Execução, inspeção, ensaios das obras das redes de distribuição predial**

1. A execução das redes de distribuição predial é da responsabilidade dos proprietários, em harmonia com os projetos referidos no artigo anterior. -----

2. A realização de vistoria pela Entidade Gestora, destinada a atestar a conformidade da execução dos projetos de redes de distribuição predial com o projeto aprovado ou apresentado, prévia à emissão da licença de utilização do imóvel, é dispensada mediante a emissão de termo de responsabilidade por técnico legalmente habilitado para esse efeito, de acordo com o respetivo regime legal, que ateste essa conformidade. -----

3. O termo de responsabilidade a que se refere o número anterior certifica o cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 4 do Artigo 38.º e segue os termos da minuta constante do Anexo II ao presente regulamento. -----

4. O disposto nos números anteriores não prejudica a verificação aleatória da execução dos referidos projetos. -----

5. Sempre que julgue conveniente a Entidade Gestora procede a ações de inspeção nas obras dos sistemas prediais, que podem incidir sobre o comportamento hidráulico do sistema, as caixas dos contadores para garantia do cumprimento do disposto no n.º 1 do

*Artigo 48.º, bem como a ligação do sistema predial ao sistema público. -----*

*6. Durante a execução das obras dos sistemas prediais a Entidade Gestora deve acompanhar os ensaios de eficiência e as operações de desinfeção previstas na legislação em vigor. -----*

*7. A Entidade Gestora notificará as desconformidades que verificar nas obras executadas à entidade titular do sistema público de água e ao técnico responsável pela obra, que deverão ser corrigidas, caso mereça concordância da primeira, num prazo máximo de 30 dias. ----*

### **Artigo 40.º Rotura nos sistemas prediais**

*1. Logo que seja detetada uma rotura ou fuga de água em qualquer ponto nas redes prediais de distribuição predial ou nos dispositivos de utilização, deve ser promovida a reparação pelos responsáveis pela sua conservação. -----*

*2. Os utilizadores são responsáveis por todo o gasto de água nas redes de distribuição predial e seus dispositivos de utilização. -----*

## **SECÇÃO VII - SERVIÇO DE INCÊNDIOS**

### **Artigo 41.º Legislação aplicável**

*Os projetos, a instalação, a localização, os diâmetros nominais e outros aspetos construtivos dos dispositivos destinados à utilização de água para combate a incêndios deverão, além do disposto no presente Regulamento, obedecer à legislação nacional em vigor. ----*

### **Artigo 42.º Hidrantes**

*1. Na rede de distribuição pública de água são previstos hidrantes de modo a garantir uma cobertura efetiva, de acordo com as necessidades do serviço de incêndios. -----*

*2. O abastecimento às bocas-de-incêndio é feito a partir de ramificações do ramal de ligação para uso privativo dos edifícios. ----*

### **Artigo 43.º Manobras de torneiras de corte e outros dispositivos**

*As torneiras de corte e dispositivos de tomada de água para serviço de incêndios só podem ser manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos bombeiros ou da Proteção Civil. -----*

### **Artigo 44.º Redes de incêndios particulares**

*1. Nas instalações existentes no interior dos prédios destinadas exclusivamente ao serviço de proteção contra incêndios, a água*

consumida é objeto de medição ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas. -----

2. O fornecimento de água para essas instalações é comandado por uma torneira de corte selada e localizada, de acordo com as instruções da Entidade Gestora. -----

3. Em caso de incêndio a torneira de corte pode ser manobrada por pessoal estranho ao serviço de incêndios, devendo, no entanto, tal intervenção ser comunicada à Entidade Gestora nas 24 horas subsequentes. -----

**Artigo 45.º Bocas-de-incêndio das redes de distribuição predial**  
As bocas-de-incêndio e/ou marcos de água são selados e só podem ser utilizados em caso de incêndio, devendo a Entidade Gestora ser disso avisada pelos utilizadores nas 24 horas seguintes ao sinistro. -

## SECÇÃO VIII - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

### Artigo 46.º Medição por contadores

1. Deve existir um contador destinado à medição do consumo de água em cada local de consumo, incluindo as partes comuns dos condomínios quando nelas existam dispositivos de utilização. -----

2. A água fornecida através de fontanários ligados à rede pública de abastecimento de água é igualmente objeto de medição. -----

3. Os contadores são da propriedade da Entidade Gestora, que é responsável pela respetiva instalação, manutenção e substituição. ---

4. Os custos com a instalação, manutenção e substituição dos contadores não são objeto de faturação autónoma aos utilizadores. -

### Artigo 47.º Tipo de contadores

1. Os contadores a empregar na medição da água fornecida a cada prédio ou fração são do tipo autorizado por lei e obedecem às respetivas especificações regulamentares. -----

2. O diâmetro nominal e a classe metrológica dos contadores são fixados pela Entidade Gestora. -----

3. A definição do contador deve ser determinada tendo em conta: ---

a) O caudal de cálculo previsto na rede de distribuição predial; -----

b) A pressão de serviço máxima admissível; -----

c) A perda de carga. -----

4. Sem prejuízo do disposto nos números 2 e 3, para utilizadores não domésticos podem ser fixados pela Entidade Gestora diâmetros

*nominais de contadores tendo por base o perfil de consumo do utilizador. -----*

*5. Os contadores podem ter associados equipamentos e/ou sistemas tecnológicos que permitam à Entidade Gestora a medição dos níveis de utilização por telecontagem. -----*

### **Artigo 48.º Localização e instalação dos contadores**

*1. As caixas dos contadores são obrigatoriamente instaladas em locais de fácil acesso ao pessoal da Entidade Gestora e de forma adequada à sua boa conservação, de modo a permitir um trabalho regular de substituição ou reparação no local e que a sua visita e leitura se possam fazer em boas condições. -----*

*2. Nos edifícios confinantes com a via ou espaço públicos, as caixas dos contadores devem localizar-se em local visível situado na zona de entrada ou em zonas comuns, de modo a que a sua visita e leitura se possam fazer do exterior. -----*

*3. Nos edifícios com logradouros privados, as caixas dos contadores devem localizar-se no logradouro, junto à zona de entrada contígua com a via pública e com possibilidade de leitura pelo exterior. -----*

*4. Não pode ser imposta pela Entidade Gestora aos utilizadores a contratação dos seus serviços para a construção e a instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição, sem prejuízo da possibilidade da Entidade Gestora fixar um prazo para a execução de tais obras. -----*

*5. Em prédios em propriedade horizontal devem ser instalados instrumentos de medição em número e com o diâmetro estritamente necessários aos consumos nas zonas comuns ou, em alternativa e por opção da Entidade Gestora, nomeadamente quando existir reservatório predial, podem ser instalados contadores totalizadores. -*

*6. Nenhum contador pode ser instalado e mantido em serviço sem a verificação metrológica prevista na legislação em vigor. -----*

### **Artigo 49.º Verificação metrológica e substituição**

*1. A Entidade Gestora procede à verificação periódica dos contadores nos termos da legislação em vigor. -----*

*2. A Entidade Gestora procede, sempre que o julgar conveniente, à verificação extraordinária do contador. -----*

*3. O utilizador pode solicitar a verificação extraordinária do contador em instalações de ensaio devidamente credenciadas, tendo direito a receber cópia do respetivo boletim de ensaio. -----*

4. A Entidade Gestora procede à substituição dos contadores no termo de vida útil destes ou sempre que tenha conhecimento de qualquer anomalia, por razões de exploração e controlo metrológico.
5. No caso de ser necessária a substituição de contadores por motivos de anomalia, exploração e controlo metrológico, a Entidade Gestora deve avisar o utilizador da data e do período previsível para a intervenção que não ultrapasse as duas horas. -----
6. Na data da substituição deve ser entregue ao utilizador um documento de onde constem as leituras dos valores registados pelo contador substituído e pelo contador que, a partir desse momento, passa a registar o consumo de água. -----
7. A Entidade Gestora é responsável pelos custos incorridos com a substituição ou reparação dos contadores por anomalia não imputável ao utilizador. -----
8. A mudança de local do contador realizada a pedido do utilizador, se considerada viável pela Entidade Gestora, dá lugar ao pagamento do respetivo custo pelo utilizador requerente. -----

#### **Artigo 50.º Responsabilidade pelo contador**

1. O contador fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à Entidade Gestora todas as anomalias que verificar, nomeadamente, não fornecimento de água, fornecimento sem contagem, contagem deficiente, rotura e deficiências na selagem, entre outros. -----
2. Com exceção dos danos resultantes da normal utilização, o utilizador responde por todos os danos, deterioração ou perda do contador, salvo se provar que lhes não são imputáveis e desde que dê conhecimento imediato à Entidade Gestora. -----
3. Para além da responsabilidade criminal que daí resultar, o utilizador responde ainda pelos prejuízos causados em consequência do emprego de qualquer meio capaz de interferir com o funcionamento ou marcação do contador, salvo se provar que aqueles prejuízos não lhe são imputáveis. -----

#### **Artigo 51.º Leituras**

1. Os valores lidos devem ser arredondados para o número inteiro anterior ao volume efetivamente medido. -----
2. As leituras dos contadores são efetuadas com uma frequência mínima de duas vezes por ano e com um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de oito meses. -----

3. O utilizador deve facultar o acesso da Entidade Gestora ao contador para a realização das leituras quando este se encontre localizado no interior do prédio servido. -----

4. Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revele por duas vezes seguidas impossível o acesso ao contador por parte da Entidade Gestora, esta deve avisar o utilizador, por carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, de terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a leitura. -----

5. A Entidade Gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, nomeadamente através da Internet, balcão de atendimento, serviços postais, fax ou telefone.

### **Artigo 52.º Avaliação dos consumos**

Nos períodos em que não haja leitura, o consumo é estimado: -----

a) Em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela entidade gestora; -----

b) Em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador. -----

## **CAPÍTULO IV - CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA**

### **Artigo 53.º Contrato de fornecimento**

1. A prestação do serviço público de abastecimento de água é objeto de contrato de fornecimento celebrado entre a Entidade Gestora e os utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel. -----

2. O contrato de fornecimento de água é elaborado em impresso de modelo próprio da Entidade Gestora e instruído em conformidade com as disposições legais em vigor à data da sua celebração, no que respeita, nomeadamente, aos direitos dos utilizadores, à proteção do utilizador e à inscrição de cláusulas gerais contratuais. --

3. No momento da celebração do contrato de fornecimento deve ser entregue ao utilizador uma cópia do respetivo contrato. -----

4. Os proprietários dos prédios ligados à rede geral de distribuição, sempre que o contrato de fornecimento não esteja em seu nome, devem permitir o acesso da Entidade Gestora para a retirada do contador, caso os respetivos inquilinos não o tenham facultado e a

*Entidade Gestora tenha denunciado o contrato nos termos previstos no Artigo 58.º. -----*

*5. Os proprietários, usufrutuários, arrendatários ou qualquer pessoa que disponha de título válido, que legitime o uso e fruição do local de ligação, ou aqueles que detêm a legal administração dos prédios devem efetuar a mudança de titularidade dos contratos de fornecimento sempre que estes não estejam em seu nome e sempre que os contadores registem a primeira contagem de consumo, no prazo de 15 dias úteis, contados da data de verificação do facto, sob pena da interrupção de fornecimento de água. -----*

*6. Caso não seja dado cumprimento ao estipulado no número anterior ou sempre que ocorra a rescisão de contrato, por parte do anterior utilizador, o restabelecimento do fornecimento fica dependente da celebração de um novo contrato com a Entidade Gestora, nos termos do presente Regulamento. -----*

*7. Se o último titular ativo do contrato e o requerente de novo contrato coincidirem na mesma pessoa, deve aplicar-se o regime da suspensão e reinício do contrato a pedido do utilizador previsto no Artigo 57.º. -----*

### **Artigo 54.º Contratos especiais**

*1. São objeto de contratos especiais os serviços de fornecimento de água que, devido ao seu elevado impacto nas redes de distribuição, devam ter um tratamento específico, designadamente, hospitais, escolas, quartéis, complexos industriais e comerciais e grandes conjuntos imobiliários. -----*

*2. Podem ainda ser definidas condições especiais para os fornecimentos temporários ou sazonais de água nas seguintes situações: -----*

- a) Obras e estaleiro de obras; -----*
- b) Zonas de concentração de população ou atividades com caráter temporário, tais como feirais, festivais e exposições. -----*

*3. A Entidade Gestora admite a contratação do serviço em situações especiais, como as a seguir enunciadas, e de forma transitória: -----*

- a) Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que, por fundadas razões sociais, mereça tutela a posição do possuidor; -----*
- b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato. -----*

4. Na definição das condições especiais deve ser acutelado tanto o interesse da generalidade dos utilizadores como o justo equilíbrio da exploração do sistema de abastecimento de água, a nível de qualidade e quantidade. -----

#### **Artigo 55.º Domicílio convencionado**

1. O utilizador considera-se domiciliado na morada por si fornecida no contrato para efeito de receção de toda a correspondência relativa à prestação do serviço. -----
2. Qualquer alteração do domicílio convencionado tem de ser comunicada pelo utilizador à Entidade Gestora, produzindo efeitos no prazo de 30 dias após aquela comunicação. -----

#### **Artigo 56.º Vigência dos contratos**

1. O contrato de abastecimento de água produz os seus efeitos a partir da data do início de fornecimento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis contados da solicitação do contrato, com ressalva das situações de força maior. -----
2. A cessação do contrato de fornecimento de água ocorre por denúncia, nos termos do Artigo 58.º, ou caducidade, nos termos do Artigo 59.º. -----
3. Os contratos de fornecimento de água referidos na alínea a) n.º 2 do Artigo 54.º são celebrados com o construtor ou com o dono da obra a título precário e caducam com a verificação do termo do prazo, ou suas prorrogações, fixado no respetivo alvará de licença ou autorização. -----

#### **Artigo 57.º Suspensão e reinício do contrato**

1. Os utilizadores podem solicitar, por escrito e com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, a interrupção do serviço de abastecimento de água, por motivo de desocupação temporária do imóvel. -----
2. A interrupção do fornecimento prevista no número anterior depende do pagamento da respetiva tarifa e implica o acerto da faturação emitida até à data da interrupção, tendo ainda por efeito a suspensão do contrato e da faturação e cobrança das tarifas mensais associadas à normal prestação do serviço a partir da data da interrupção. -----
3. O serviço é retomado no prazo máximo de 5 dias contados da apresentação do pedido pelo utilizador nesse sentido, sendo a tarifa de reinício do fornecimento de água, prevista no tarifário em vigor, incluída na primeira fatura subsequente. -----

### **Artigo 58.º Denúncia**

1. Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos de fornecimento que tenham celebrado por motivo de desocupação do local de consumo, desde que o comuniquem por escrito à Entidade Gestora. -----
2. Nos 15 dias subsequentes à comunicação referenciada no número anterior, os utilizadores devem facultar a leitura do contador instalado, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data. -----
3. Não sendo possível a leitura mencionada no número anterior por motivo imputável ao utilizador, este continua responsável pelos encargos entretanto decorrentes. -----
4. A Entidade Gestora denuncia o contrato caso, na sequência da interrupção do serviço por mora no pagamento, o utilizador não proceda ao pagamento em dívida com vista ao restabelecimento do serviço no prazo de dois meses. -----

### **Artigo 59.º Caducidade**

1. Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo. -----
2. Os contratos referidos no n.º 2 do Artigo 54.º podem não caducar no termo do respetivo prazo, desde que o utilizador prove que se mantêm os pressupostos que levaram à sua celebração. -----
3. A caducidade tem como consequência a retirada imediata dos respetivos contadores e o corte do abastecimento de água. -----

### **Artigo 60.º Caução**

1. A Entidade Gestora pode exigir a prestação de uma caução para garantia do pagamento do consumo de água apenas nas seguintes situações: -----

- a) No momento da celebração do contrato de fornecimento de água nas situações previstas no n.º 2 do artigo 54.º deste regulamento; ---
- b) No momento do restabelecimento de fornecimento, na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento, desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços. -----

2. A caução referida no número anterior é prestada por depósito em dinheiro, cheque bancário, transferência bancária ou através de garantia bancária ou seguro-caução, e o seu valor é calculado da seguinte forma: -----

- a) Para os consumidores é igual a quatro vezes o encargo com o consumo médio mensal dos últimos 12 meses, nos termos fixados pelo despacho n.º 4186/2000, publicado no Diária da República, 2.ª série, de 22 de Fevereiro de 2000; -----
- b) Nas situações referidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 54.º é igual a 0,5% sobre o valor estimado da obra, sendo o valor mínimo de € 250,00; -----
- c) Nas situações referidas na alínea b) do n.º 2 do artigo 54.º é igual € 50,00. -----

3. Para as instituições de fins não lucrativos, desde que registadas nas suas próprias designações e sejam titulares da instalação, o valor da caução é calculado como se de uso doméstico se tratasse.
4. O utilizador que preste caução tem direito ao respetivo recibo. ----

### **Artigo 61.º Restituição da caução**

1. Findo o contrato de fornecimento a caução prestada é restituída ao utilizador, nos termos da legislação vigente, deduzida dos montantes eventualmente em dívida. -----
2. Sempre que o consumidor, que tenha prestado caução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, opte posteriormente pela transferência bancária como forma de pagamento, tem direito à imediata restituição da caução prestada. -----
3. A quantia a restituir será atualizada em relação à data da sua última alteração, com base no índice anual de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. -----

## **CAPÍTULO V - ESTRUTURA TARIFÁRIA E FACTURAÇÃO DOS SERVIÇOS**

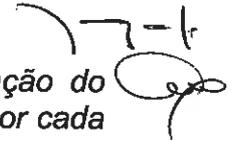
### **SECÇÃO I - ESTRUTURA TARIFÁRIA**

#### **Artigo 62.º Incidência**

1. Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de abastecimento de água todos os utilizadores finais que disponham de contrato, sendo as tarifas devidas a partir da data do início da respetiva vigência. ----
2. Para efeitos da determinação das tarifas fixas e variáveis os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos. -

#### **Artigo 63.º Estrutura tarifária**

1. Pela prestação do serviço de abastecimento de água são faturadas aos utilizadores: -----



a) A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias; -----

b) A tarifa variável de abastecimento de água, devida em função do volume de água fornecido durante o período objeto de faturação, sendo diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo para os utilizadores domésticos, expressos em m<sup>3</sup> de água por cada trinta dias. -----

2. A entidade gestora pode diferenciar a tarifa variável em função do período do ano, quando justificável, de modo a atender às flutuações elevadas da procura de ordem sazonal ou a situações de escassez de recursos hídricos. -----

3. As tarifas de fornecimento de água, previstas no número anterior, englobam a prestação dos seguintes serviços: -----

a) Execução, manutenção e renovação de ramais, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, com a ressalva prevista no Artigo 66.º; -----

b) Fornecimento de água; -----

c) Celebração ou alteração de contrato de fornecimento de água; ----

d) Disponibilização e instalação de contador individual; -----

e) Disponibilização e instalação de contador totalizador por iniciativa da Entidade Gestora; -----

f) Leituras periódicas programadas e verificação periódica do contador; -----

g) Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, salvo se por motivo imputável ao utilizador. -----

4. Para além das tarifas de fornecimento de água referidas no n.º 1, poderão ser cobradas pela Entidade Gestora tarifas em contrapartida de serviços auxiliares, designadamente: -----

a) Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de abastecimento; -----

b) Execução de ramais de ligação nas situações previstas no Artigo 66.º; -----

c) Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores; -----

d) Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador; -----

- e) *Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador;*
- f) *Leitura extraordinária de consumos de água; -----*
- g) *Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador; -----*
- h) *Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária; -----*
- i) *Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização; -----*
- j) *Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública; -----*
- k) *Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de abastecimento; ----*
- l) *Mudança de local do contador realizada a pedido do utilizador. ----*

5. *Nos casos em que haja emissão do aviso de suspensão do serviço por incumprimento do utilizador e o utilizador proceda ao pagamento dos valores em dívida antes que a mesma ocorra, não há lugar à cobrança da tarifa prevista na alínea d) do número anterior. -----*

### **Artigo 64.º Tarifa fixa**

- 1. Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal igual ou inferior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa única, expressa em euros por cada 30 dias. -----*
- 2. Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal superior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa prevista para os utilizadores não domésticos. -----*
- 3. Existindo consumos nas partes comuns de prédios em propriedade horizontal e sendo os mesmos medidos por um contador totalizador, é devida pelo condomínio uma tarifa fixa cujo valor é determinado em função do calibre do contador diferencial que seria necessário para medir aqueles consumos. -----*
- 4. Não é devida tarifa fixa se não existirem dispositivos de utilização nas partes comuns associados aos contadores totalizadores. -----*
- 5. A tarifa fixa faturada aos utilizadores finais não domésticos é diferenciada de forma progressiva em função do diâmetro nominal do contador instalado. -----*

- a) 1.º nível: até 20 mm; -----  
b) 2.º nível: superior a 20 e até 30 mm; -----  
c) 3.º nível: superior a 30 e até 50 mm; -----  
d) 4.º nível: superior a 50 e até 100 mm; -----  
e) 5.º nível: superior a 100 e até 300 mm. -----

### **Artigo 65.º Tarifa variável**

1. A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos é calculada em função dos seguintes escalões de consumo, expressos em m<sup>3</sup> de água por cada 30 dias: -----

- a) 1.º escalão: até 5; -----  
b) 2.º escalão: 6 e até 15; -----  
c) 3.º escalão: 16 e até 25; -----  
d) 4.º escalão: superior ou igual a 26. -----

2. O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão. -----

3. A tarifa variável aplicável aos contadores totalizadores é calculada em função da diferença entre o consumo nele registado e o somatório dos contadores que lhe estão indexados. -----

4. A tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não domésticos é de valor igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos. -----

5. O fornecimento de água centralizado para aquecimento de águas sanitárias em sistemas prediais, através de energias renováveis, que não seja objeto de medição individual a cada fração, é globalmente faturado ao valor do 2.º escalão da tarifa variável do serviço prevista para os utilizadores domésticos. -----

### **Artigo 66.º Execução de ramais de ligação**

1. À construção de ramais de ligação inferiores a 20 metros serão aplicadas tarifas, prevendo-se uma gradual evolução para uma situação de não cobrança decorridos cinco anos sobre a aprovação do presente regulamento: -----

- a) No primeiro ano devem ser cobrados pela execução de ramais de ligação valores até uma percentagem máxima de 80%; -----  
b) A percentagem máxima prevista na alínea anterior deve reduzir-se em 20 pontos percentuais em cada exercício económico subsequente. -----

2. A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação da viabilidade técnica e económica pela Entidade Gestora. -----

3. Se daquela avaliação resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação apenas são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior. -----

**Artigo 67.º Contador para usos de água que não geram águas residuais**

1. Os utilizadores finais podem requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento. -----

2. No caso de utilizadores domésticos, aos consumos do segundo contador são aplicadas as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não domésticos. -----

3. No caso de utilizadores não domésticos a tarifa fixa é determinada em função do diâmetro virtual, calculado através da raiz quadrada do somatório do quadrado dos diâmetros nominais dos contadores instalados. -----

4. O consumo segundo contador não é elegível para o cômputo das tarifas de saneamento e resíduos, quando exista tal indexação. -----

**Artigo 68.º Água para combate a incêndios**

O abastecimento de água destinada ao combate direto a incêndios não é faturado mas deve ser objeto de medição, preferencialmente, ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas de abastecimento. -----

**Artigo 69.º Tarifários especiais**

1. Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações: -----

a) Utilizadores domésticos, cujo rendimento anual bruto do agregado familiar por membro seja inferior ao indexante dos apoios sociais (IAS); -----

b) Utilizadores não domésticos, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, entidades sem fins lucrativos e outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas. -----

2. O tarifário social para utilizadores domésticos consiste: -----

- a) Na isenção das tarifas fixas; -----  
b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m<sup>3</sup>. -----

3. O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste: -----

- a) Na redução das tarifas fixas; -----  
b) Na aplicação de uma redução de 50% face aos valores das tarifas aplicadas a utilizadores finais não domésticos. -----

### **Artigo 70.º Acesso aos tarifários especiais**

1. Para beneficiar da aplicação do tarifário especial os utilizadores finais domésticos devem entregar à Entidade Gestora os seguintes documentos: -----

- a) Cópia da declaração ou nota de liquidação do IRS, ou comprovativo de isenção, de todos os elementos do agregado familiar; -----  
b) Cópia do último recibo de vencimento de todos os elementos do agregado familiar; -----  
c) Declaração emitida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional IEFP quando algum dos elementos do agregado familiar se encontre desempregado; -----  
d) Declaração emitida pela Segurança Social relativa a todas as prestações sociais atribuídas aos elementos do agregado familiar; -----  
e) Declaração indicando o nome, identificação civil e fiscal, parentesco, morada e idade de todos os elementos do agregado familiar, comprovada pela Junta de Freguesia respetiva. -----

2. Para além dos elementos referidos no número anterior, a entidade gestora poderá solicitar outros elementos que considere necessários à apreciação e comprovação da situação do requerente. -----

3. A aplicação dos tarifários especiais tem a duração de dois anos, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, para o que a Entidade Gestora deve notificar o utilizador com a antecedência mínima de 30 dias. -----

4. Os utilizadores finais não domésticos que desejem beneficiar da aplicação do tarifário social devem entregar uma cópia os seguintes documentos: -----

- a) Cópia da publicação dos estatutos no Diário da República; -----  
b) Cópia do cartão de identificação fiscal; -----

c) Declaração de não dívida à Segurança Social e Finanças. -----

### **Artigo 71.º Aprovação dos tarifários**

1. O tarifário deverá ser revisto anualmente e produz efeitos relativamente aos utilizadores finais 15 dias depois da sua publicação, sendo que a informação sobre a sua alteração acompanha a primeira fatura subsequente. -----
2. O tarifário é disponibilizado nos locais de estilo e ainda no sítio da internet da Entidade Gestora. -----

## **SECÇÃO II - FATURAÇÃO**

### **Artigo 72.º Periodicidade e requisitos da faturação**

1. A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser bimestral desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser por este considerada mais favorável e conveniente. -----
2. As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, podendo ser baseadas em leituras reais ou em estimativas de consumo, nos termos previstos no Artigo 51.º e no Artigo 52.º, bem como as taxas legalmente exigíveis. -----

### **Artigo 73.º Prazo, forma e local de pagamento**

1. O pagamento da fatura de fornecimento de água emitida pela Entidade Gestora deve ser efetuada no prazo, na forma e nos locais nela indicados. -----
2. O prazo para pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da data da sua emissão. -----
3. O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de abastecimento público de água. -----
4. Não é admissível o pagamento parcial das tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como da taxa de recursos hídricos associada. -----
5. A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável. -----

6. O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor. -----

7. O atraso no pagamento da fatura superior a 15 dias, para além da data limite de pagamento, confere à Entidade Gestora o direito de proceder à suspensão do serviço do fornecimento de água desde que o utilizador seja notificado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data em que venha a ocorrer. -----

8. Não pode haver suspensão do serviço de abastecimento de água, nos termos do número anterior, em consequência da falta de pagamento de um serviço funcionalmente dissociável do abastecimento de água, quando haja direito à quitação parcial nos termos do n.º 3. -----

9. O aviso prévio de suspensão do serviço deve ser enviado por correio registado ou outro meio equivalente, podendo o respetivo custo ser imputado ao utilizador em mora. -----

#### **Artigo 74.º Prescrição e caducidade**

1. O direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. -----

2. Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da Entidade Gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento. -----

3. A exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utilizador, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data-limite fixada para efetuar o pagamento. ---

4. O prazo de caducidade das dívidas relativas aos consumos reais não começa a correr enquanto a Entidade Gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador. ---

#### **Artigo 75.º Arredondamento dos valores a pagar**

1. As tarifas são aprovadas com quatro casas decimais. -----

2. Apenas o valor final da fatura, com IVA incluído, é objeto de arredondamento, feito aos cêntimos de euro em respeito pelas exigências do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Maio. -----

#### **Artigo 76.º Acertos de faturação**

1. Os acertos de faturação do serviço de águas são efetuados: -----

a) Quando a Entidade Gestora proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou; ---



b) Quando se confirmar, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de águas ou de efluentes medidos. -----

2. Quando a fatura resulte em crédito a favor do utilizador final, o utilizador pode receber esse valor autonomamente no prazo de 20 dias, procedendo a Entidade Gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes caso essa opção não seja utilizada. -----

## CAPÍTULO VI – PENALIDADES

### Artigo 77.º Regime aplicável

O regime legal e de processamento das contraordenações obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, todos na redação em vigor e respetiva legislação complementar. -----

### Artigo 78.º Contraordenações

1. Constitui contraordenação, nos termos do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, punível com coima de € 1 500 a € 3 740, no caso de pessoas singulares, e de € 7 500 a € 44 890, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços: -----

a) O incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos, nos termos do disposto no artigo 16.º; -----

b) Execução de ligações aos sistemas públicos ou alterações das existentes sem a prévia autorização da Entidade Gestora; -----

c) O uso indevido ou dano a qualquer obra ou equipamento dos sistemas públicos; -----

2. Constitui ainda contraordenação punível com coima de € 500 a € 3 000, no caso de pessoas singulares, e de € 2 500 a € 44 000, no caso de pessoas coletivas, a interligação de redes ou depósitos com origem em captações próprias a redes públicas de distribuição de água. -----

3. Constitui contraordenação, punível com coima de € 250 a € 1 500, no caso de pessoas singulares, e de € 1 250 a € 22 000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por

parte dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços: -----

- a) A permissão da ligação e abastecimento de água a terceiros, quando não autorizados pela Entidade Gestora; -----
- b) A alteração da instalação da caixa do contador e a violação dos selos do contador; -----
- c) O impedimento à fiscalização do cumprimento deste Regulamento e de outras normas vigentes que regulem o fornecimento de água por funcionários, devidamente identificados, da Entidade Gestora. ---

#### **Artigo 79.º Negligência**

Todas as contraordenações previstas no artigo anterior são puníveis a título de negligência, sendo nesse caso reduzidas para metade os limites mínimos e máximos das coimas previstas no artigo anterior. --

#### **Artigo 80.º Processamento das contraordenações e aplicação das coimas**

1. A fiscalização, a instauração e a instrução dos processos de contraordenação, assim como a aplicação das respetivas coimas competem à Entidade Gestora. -----
2. A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contraordenação, o grau de culpa do agente e a sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores: -----
  - a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado; -----
  - b) O benefício económico obtido pelo agente com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício. -----
3. Na graduação das coimas deve ainda atender-se ao tempo durante o qual se manteve a situação de infração, se for continuada.

#### **Artigo 81.º Produto das coimas**

O produto das coimas aplicadas reverte integralmente para a Entidade Gestora. -----

## **CAPÍTULO VII – RECLAMAÇÕES**

### **Artigo 82.º Direito de reclamar**

1. *Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante a Entidade Gestora, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respetivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legítimos legalmente protegidos. -----*
2. *Os serviços de atendimento ao público dispõem de um livro de reclamações, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações. -----*
3. *Para além do livro de reclamações a Entidade Gestora disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na Internet. -----*
4. *A reclamação é apreciada pela Entidade Gestora no prazo de 22 dias úteis, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação. -----*
5. *A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no n.º 3 do Artigo 73.º do presente Regulamento. -----*

### **Artigo 83.º Inspeção aos sistemas prediais no âmbito de reclamações de utilizadores**

1. *Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da Entidade Gestora sempre que haja reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude. -----*
2. *Para efeitos previstos no número anterior, o proprietário, usufrutuário, comodatário e/ou arrendatário deve permitir o livre acesso à Entidade Gestora desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de oito dias, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, previsto para a inspeção. -----*
3. *O respetivo auto de vistoria deve ser comunicado aos responsáveis pelas anomalias ou irregularidades, fixando o prazo para a sua correção. -----*
4. *Em função da natureza das circunstâncias referidas no n.º 2, a Entidade Gestora pode determinar a suspensão do fornecimento de água. -----*

## **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

### **Artigo 84.º Integração de lacunas**

*Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor. -----*

### **Artigo 85.º Entrada em vigor**

*Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação em Diário da República. -----*

### **Artigo 86.º Revogação**

*Após a entrada em vigor deste Regulamento fica automaticamente revogado o Regulamento de Serviço de Abastecimento de Água do Município de Tabuaço anteriormente aprovado. -----*

## **ANEXO I**

### **MINUTA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE**

#### **(Artigo 38.º)**

#### **Termo de responsabilidade (Projetos de Execução)**

*... (Nome e habilitação do autor do projeto), morador na ....., contribuinte n.º ....., inscrito na ..... (indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º ....., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro e do Artigo 38.º na sua atual redação, que o projeto de ..... (identificação de qual o projeto de especialidade em questão), de que é autor, relativo à obra de ..... (Identificação da natureza da operação urbanística a realizar), localizada em ..... (localização da obra - rua, número de polícia e freguesia), cujo .... (indicar se se trata de licenciamento ou autorização) foi requerido por .... (indicação do nome e morada do requerente), observa:*

- a) as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente .... (discriminar designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação em vigor); -----*
- b) a recolha dos elementos essenciais para a elaboração do projeto nomeadamente ... (ex: pressão estática disponível na rede pública*

ao nível do arruamento, etc), junto da Entidade Gestora responsável pelo sistema de abastecimento público de água; -----  
c) a manutenção do nível de proteção da saúde humana com o material adotado na rede predial. -----

(Local), ... de ... de .. -----

... (Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do Bilhete de Identidade). -----

**ANEXO II**  
**MINUTA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE**  
**(Artigo 39.º)**

... (Nome e habilitação do autor do projeto), morador na ....., contribuinte n.º ....., inscrito na ..... (indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º ....., declara, sob compromisso de honra, ser o técnico responsável pela obra, comprovando estarem os sistemas prediais em conformidade com o projeto, normas técnicas gerais específicas de construção, bem como as disposições regulamentares aplicáveis e em condições de serem ligados à rede pública. -----

(Local), ... de ... de ... -----

(assinatura reconhecida).” -----

**“REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS  
RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE TABUAÇO**

**NOTA JUSTIFICATIVA**

O Regulamento de Saneamento do Município de Tabuaço encontra-se desajustado face à realidade e legislação em vigor. -----

A publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, e do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, determinou a necessidade de proceder à elaboração do presente Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Tabuaço, de acordo com o enquadramento normativo estabelecido naqueles diplomas legais, tendo sido especialmente adaptado às